

Ementa IV Conbalf

27 de setembro 2018

Qual alfabetização para qual tempo?

Esta é uma pergunta que devemos fazer recorrentemente, indagando o passado, analisando o presente e criando expectativas para o futuro da alfabetização. Se a alfabetização, como processo de apropriação e de ensino de um conjunto de habilidades linguísticas, parece ser mais estável na sua conceituação, as suas finalidades, as expectativas sobre seus efeitos e os usos dela decorrentes mudam com o tempo. Sem analisar os fenômenos no tempo, há uma ideia de que a alfabetização não avança no Brasil, mas não é bem assim. Não podemos nos ater apenas à divulgação isolada de índices alarmantes na contemporaneidade, sem considerar uma série histórica: do final do século XIX até final do século XX, passamos de 17,7% de alfabetizados (primeiro censo de 1872 sem computar a população escrava) para 93% da população de 15 anos ou mais de idade (IBGE, 2017). Além disso, tanto as palavras como as expectativas sobre o que é ser alfabetizado mudam, o que pode ser problematizado no uso dos termos analfabetismo/alfabetização, analfabetismo funcional/analfabetismo funcional, letramento/letramentos.

Por outro lado, a alfabetização é um fenômeno relacionado a contextos culturais, sociais e políticos e tanto sua aprendizagem como seu uso são dependentes de equidade ou desigualdade de oportunidades, de urbanização ou da especificidade da educação em espaços rurais indígenas, ribeirinhos e quilombolas, da distribuição de renda; da produção de uma cultura escrita, sua oferta e modos de interação dos sujeitos e grupos sociais com ela; da imigração, entre outros fatores, todos eles sempre em movimento.

A noção de tempo histórico é, então, fundamental para avaliar o alcance das mudanças nos índices de alfabetização, no nosso País e no mundo, para compreender como se deram as apropriações e o ensino da língua escrita e como foram impactadas, por instituições, por instâncias, pelos novos usos, pelos instrumentos e pelos suportes de escrita. O distanciamento que o tempo histórico nos proporciona também possibilita indagar sobre os limites e as possibilidades das discussões teóricas em cada tempo, sobre a permanência de problemas que não estão apenas na ordem dos discursos, mas também na

ordem da organização do ensino em geral e das condições de escolarização de cada tempo.

A noção de tempo remete ainda à idade em que as pessoas se alfabetizam. As disputas sobre qual o tempo adequado para se alfabetizar no Brasil têm ocupado muitos educadores e trazido polêmicas, sobretudo se for considerada a relação entre infância, escolarização e alfabetização. Essa questão do tempo também está relacionada aos aspectos geracionais, como, por exemplo, a alfabetização de jovens e adultos que ocorre em uma escolarização extemporânea e também da escolarização das famílias que não tiveram oportunidade de se alfabetizar ou de permanecer mais tempo na escola.

Há que se considerar ainda, inserida na expressão tempo, a questão dos processos e dos procedimentos que ocorrem durante a aprendizagem da língua escrita. Qual a natureza dessa aprendizagem? O que ocorre nesse processo, que é típico da apropriação da escrita e seu ensino, que torna a prática de alfabetização e os alfabetizadores especializados em determinados saberes pedagógicos? Quais as contribuições das pesquisas sobre apropriação da escrita? Quais são ainda os nossos desafios nesse campo?

Os tempos também não se sincronizam, quando pensamos nos tempos da prática, com suas urgências, o tempo das políticas repercutindo lutas por direito à alfabetização ou posicionamentos ideológicos que também são demarcados por cada governo, embora tenhamos que lutar por políticas de alfabetização que sejam de Estado. A isso, se soma o tempo das pesquisas, sempre mais lento e com recortes definidos, considerando que, do ponto de vista epistemológico, não deveria haver pretensão de totalidade.

Que usos e novos fenômenos da cultura escrita são próprios de cada tempo? Quais são as linguagens, quais formas de funcionamento, quais são os suportes da escrita na sociedade contemporânea? Neste sentido, temos o apelo de pensar novas alfabetizações e novos letramentos em contexto de grande disseminação de mídias. Há, neste tempo presente, possibilidades de produção do escrito que ocorrem em diálogo com outras linguagens, que não eram imaginadas em outros tempos: oral e escrito, visual e verbal, entre outros sistemas semióticos. Como as crianças vivenciam a cultura escrita pela influência de mídias digitais? Como leem e escrevem fora da escola? Que repercussões suas práticas têm em contextos escolares e em nossas metodologias?

Qual alfabetização para qual tempo? Esta pergunta e as problematizações dela decorrentes guiarão os debates do IV Congresso Brasileiro de Alfabetização.